



## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROCESSO N. 827/2023**

**PROJETO DE LEI N. 43/2023**

**AUTORIA: Poder Executivo Municipal**

**ASSUNTO: “Projeto de Lei nº 43/2023 anexo a mensagem nº 11/2023 - altera dispositivos da Lei nº 4818/2018, que cria o conselho e o fundo municipal do trabalho”.**

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de análise técnica acerca do Projeto de Lei n. 43/2023 de autoria do **Poder Executivo Municipal**, que busca autorização do Legislativo Municipal para criação do Projeto de Lei que: **Projeto de Lei nº 43/2023 anexo a mensagem nº 11/2023 - altera dispositivos da Lei nº 4818/2018, que cria o conselho e o fundo municipal do trabalho.**

A propositura devidamente protocolizada e disseminada a presente **Comissão de Legislação Justiça e Redação Final**, para análise e parecer quanto a constitucionalidade e legalidade, com fundamento artigo 64, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Nestes termos, a presente Comissão aponta a matéria abordada de interesse público, o qual passa analisar juridicamente a iniciativa da presente propositura.

Ressalta-se que ao apresentar um “Projeto de Lei” passa sempre pela comprovação dos requisitos constitucionais e legais para a sua regular tramitação, sendo assim conforme as observações passa a seguir:





Com base no artigo 30, inc. I, e II, da Constituição Federal, do artigo 28, inc. I, e II da Constituição Estadual e do artigo 30, inc. I, e II, e 99, inc. XIV, da Lei Orgânica Municipal, todos presentes que asseguram a competência da Câmara Municipal para legislar acerca dos contextos de interesse local, conforme a legislação federal e estadual.

De acordo com a **Constituição Federal**:

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

#### **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

**Art. 28.** Compete ao Município:

- I – legislar sobre assunto de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

#### **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SERRA**

**Art. 30.** Compete ao Município da:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

**Art. 99.** Compete a Câmara, com a sanção de Prefeito:

- XIV** – legislar sobre assuntos de interesse local.

Desse modo, sob o ponto de vista formal, o Projeto de Lei nº 43/2023 aborda uma questão cuja iniciativa legislativa foi atribuída pela LOM exclusivamente ao Prefeito, uma vez que contempla disposições sobre a organização administrativa municipal, especialmente em relação ao Conselho Municipal do Trabalho.

Ademais, o supracitado projeto encontra-se amparado juridicamente, haja vista tratar-se de uma norma de interesse local, além disso, no que se refere ao mérito, constata-se que o mencionado projeto atende aos requisitos de legalidade e





constitucionalidade, evidenciando a conformidade do projeto com a legislação municipal em vigor.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, consolidado em razões de fatos e fundamentos já abalizados, através da **COMISSÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, opina pelo prosseguimento, do Projeto de Lei nº 43/2023.**

Esses são os breves esclarecimentos que formam o presente parecer, da Comissão Justiça e Redação Final, pelo qual encaminhamos a presente matéria a tramitação.

Serra/ES 24 de maio de 2023

---

**WILIAN SILVAROLI**  
PRESIDENTE  
RELATOR

---

**DR. WILLIAM MIRANDA**  
VICE-PRESIDENTE

---

**SÉRGIO PEIXOTO**  
SECRETÁRIO

